

Os espaços florestais ocupam cerca de 35 % do território continental e são fornecedores de diversos produtos essenciais para atividades industriais como a pasta e papel, cortiça e mobiliário, contribuindo para gerar 2 % do PIB, 12 mil postos de trabalho diretos, 8 % do PIB industrial e 5,6 % das exportações, havendo estimativas que apontam para 2 907 milhões de euros, o valor da floresta portuguesa, segundo as Contas nacionais do INE, relativas a 2014.

Os incêndios florestais colocam em causa esta riqueza afetando a sustentabilidade de 64% do território coberto por florestas e matagais. No intervalo 1980-2006 e segundo dados oficiais foram consumidos por incêndios florestais mais de 3 milhões de hectares. A área ardida durante os últimos anos foi ainda mais expressiva da devastação da floresta.

Os incêndios são portanto não só um problema da política florestal e da sustentabilidade desta, mas também uma preocupação da proteção civil na dupla vertente da defesa da integridade física das populações e igualmente da preservação dos seus meios de subsistência e bens patrimoniais.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela RCM n.º 65/2006, de 26 de maio preconiza intervenções em domínios prioritários como sejam a prevenção estrutural, vigilância, combate e eixos estratégicos de atuação, envolvendo, nomeadamente, o aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, a redução da incidência dos incêndios, a melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, a recuperação e reabilitação dos ecossistemas e a adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

No quadro deste conjunto de medidas do PNDFCI, o Governo lançou no mesmo ano de 2006 procedimentos de concurso público visando a construção e exploração de centrais dedicadas a biomassa florestal residual abrangendo uma potência total de injeção na rede de 100 MW, a localizar em áreas de rede escolhidas numa ótica de sustentabilidade do abastecimento do recurso florestal e risco de incêndio.

Esta potência não chegou a ser totalmente mobilizada pela iniciativa privada ficando por instalar cerca de 50 % da potência de injeção então colocada a concurso e que agora importa atribuir, reconhecendo o contributo que estas centrais podem ter para a dinamização do mercado dos resíduos florestais e indiretamente o fomento das boas práticas de gestão e exploração florestal sustentável e a limpeza das matas, e ainda a economia local, objetivos que integram os eixos da política florestal do Programa do XXI Governo, na vertente do “reforço do ordenamento florestal e da produtividade das principais fileiras silvo-industriais” e da “primazia da proteção da floresta face aos incêndios”.

Compreendendo o papel que os municípios devem ter na dinamização deste esforço, o presente decreto-lei atribui as potências disponíveis às câmaras municipais dos concelhos que forem selecionados para acolher as novas centrais, cuja escolha deve assentar principalmente na prossecução do objetivo fundamental de defesa da floresta, do ordenamento e preservação florestais, e do combate aos incêndios, sem prejuízo da necessidade de acautelar a disponibilidade de capacidade de receção de potência de injeção.

Neste âmbito, a concreta potência de injeção a atribuir terá de ser solicitada à Direção-Geral de Energia e Geologia, dentro dos limites máximos definidos, no intuito de prevenir a instalação de unidades produtivas de grande dimensão, devendo ser privilegiadas unidades de auto-subsistência ou de pequena dimensão, numa escala mais local, e tidas em conta as autorizações ou licenças que se revelem necessárias no âmbito dos regimes jurídicos aplicáveis.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei define um regime especial e extraordinário para a instalação e exploração, por municípios ou, por decisão destes, por comunidades intermunicipais ou por associações de municípios de fins específicos, de novas centrais de valorização de resíduos de biomassa florestal residual, definindo, ao mesmo tempo, medidas de apoio e incentivo destinadas a assegurar a sua concretização, com o objetivo fundamental da defesa da floresta, do ordenamento e preservação florestais, e do combate aos incêndios.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do disposto no presente decreto-lei, entende-se por:

- a)* «Zonas críticas», as zonas críticas tal como definidas nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho;
- b)* «Biomassa florestal residual», a fração biodegradável de produtos, resíduos e detritos de origem biológica proveniente da gestão e exploração florestal, agrícola e agro-industrial, incluindo os sobrantes da transformação da madeira que não contenham compostos orgânicos halogenados ou metais pesados resultantes do tratamento com conservantes ou revestimento, e a resultante de culturas energéticas;
- c)* «Central a biomassa florestal residual», a instalação destinada à produção de eletricidade ou de energia elétrica e térmica, incluindo a produção em cogeração, que utilize como combustível biomassa florestal residual podendo incorporar uma percentagem máxima de 5 % de combustível fóssil como combustível auxiliar e de arranque, em cômputo anual.

Artigo 3.º

Instalação das centrais a biomassa florestal residual

1 - As centrais a biomassa florestal residual devem ficar localizadas nos concelhos designados em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil, das autarquias locais, da energia, do ambiente e das florestas.

2 – A escolha dos concelhos de localização das centrais deve ter em conta os seguintes critérios:

- a) A proximidade com zonas críticas de incêndio;
- b) A existência de capacidade de receção de potência nas redes;
- c) A proximidade de outras centrais a biomassa florestal residual;
- d) A possibilidade de implantação, preferencialmente, em zonas ou parques industriais ou áreas de localização empresarial que permitam ou propiciem, complementarmente, um aproveitamento da energia térmica.

3 – Cabe aos municípios dos concelhos designados nos termos do número anterior proceder à instalação e exploração das centrais nos termos do presente decreto-lei.

4 – A instalação e exploração das centrais a biomassa pode ser atribuída a entidade pública ou privada distinta do município, nos termos da lei.

Artigo 4.º

Emissão de ponto de receção e licenças

1 – Os municípios designados nos termos do n.º 1 do artigo anterior devem solicitar a emissão de ponto de receção da potência a injetar na rede e da licença para a produção das centrais regidas pelo presente decreto-lei, nos termos previstos em portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área da energia.

2 – Compete à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) proceder à emissão dos pontos de receção e das licenças previstas no número anterior e aprovar os respetivos projetos técnicos das centrais.

Artigo 5.º

Integração de procedimentos

1 - Para efeitos do presente diploma, concluída a produção da central de biomassa, o município apresenta comunicação prévia com prazo à DGEG, com vista a dar início à atividade de exploração.

2 - A DGEG realiza a vistoria no prazo máximo de 30 dias, nos termos legais aplicáveis.

3 - Findo o prazo referido no número anterior, caso não tenha ocorrido a vistoria, o município pode recorrer a vistoria por entidade acreditada e iniciar a exploração após comunicação do resultado da mesma à DGEG e pagamento das taxas devidas, quando aplicável.

4 - A comunicação prévia com prazo de 30 dias referida no presente artigo substitui para todos os efeitos legais a licença de exploração da central de biomassa.

5 - Por portaria do membro do Governo responsável pela área da energia são fixados os elementos instrutórios da comunicação prévia com prazo, ficando o município dispensado de apresentar aqueles que já constem do pedido de ponto de receção e licença de instalação, bem como, de outros que estejam na posse da administração pública e que possam ser obtidos através de sistemas de interoperabilidade da administração pública.

Artigo 6.º

Medidas de apoio à venda da eletricidade

1 - As centrais licenciadas nos termos do presente decreto-lei podem beneficiar de medidas de apoio à venda da eletricidade, nos termos dos números seguintes.

2 - O membro do Governo responsável pela área da energia, mediante portaria, define os termos a observar para a aquisição pelo Comercializador do Último Recurso (CUR) da energia elétrica produzida, bem como o regime remuneratório a aplicar, tendo em conta os seguintes princípios:

- a) As potências de ligação a atribuir no âmbito do presente decreto-lei devem ser limitadas, não podendo exceder 60 MW no conjunto das centrais e um máximo de 15MW de potência de injeção por cada central;
- b) Os termos da aquisição da energia elétrica fornecida à rede devem constar de contrato a celebrar entre o produtor e o CUR;
- c) A disponibilização da energia térmica é livremente contratada pelo produtor;
- d) A remuneração da eletricidade fornecida à rede beneficia de um apoio ao preço com duração definida;
- e) O período de amortização da central não pode ser inferior ao prazo que for fixado nos termos da alínea anterior;

3 - O apoio ao preço não é devido durante o período em que o abastecimento da central não respeite os requisitos de aprovisionamento estabelecidos na alínea c) do artigo 2.º.

4 - O apoio ao preço é suspenso durante o período em que o produtor não cumpra a obrigação de reporte nos termos do artigo seguinte.

5 – As centrais cuja instalação ou funcionamento tenha beneficiado de apoios com a natureza de subvenção ou subsídio não reembolsável não podem aceder aos apoios previstos neste artigo.

Artigo 7.º

Controlo e fiscalização

1 - O controlo e fiscalização do aprovisionamento das centrais é assegurado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., sem prejuízo das competências próprias da DGEG e da competência genérica cometida às autoridades policiais.

2 – O produtor deve apresentar às entidades mencionadas no número anterior, até 31 de março de cada ano, relatório anual descrevendo o aprovisionamento da central, identificando, designadamente, a quantidade, a natureza e origem da biomassa consumida na central no ano anterior.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro dos Negócios Estrangeiros

O Ministro das Finanças

O Ministro Adjunto

O Ministro da Economia

O Ministro do Ambiente

O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural